

Dinheiro na praça? 24 ABR 1997

As medidas econômicas de quarta-feira estão menos para o figurino do pacote legislativo e mais para as rotinas do cotidiano administrativo. O problema é que estamos mais habituados ao estilo dos pacotes em cadeia que ao modelo dos trabalhos da burocracia.

Boa notícia, sem dúvida. O governo volta a administrar a vida que lhe passa pela janela planáltina. No seu conjunto, as medidas anunciadas vestem a camisa do discurso palaciano do diga-não-à-recessão. Elas injetam mais dinheiro na praça. De um lado, pela oferta maior de crédito, a um custo menor, reforçada pela «rolagem» dos contratos vencidos. De outro, pelo início das compras oficiais da produção agrícola sem cotação ou sem mercado, lastreadas pelas guitarras da Casa da Moeda. De sobremesa, o alívio de caixa dos governos estaduais, que se pilharam sem fundo para pagar o gatilho salarial em São Paulo ou comprar cadeado no Ceará.

Há mais produto do que moeda na economia capinanceira do Brasil.

O cala-te boca

A rolagem das dívidas estaduais e a invenção do crédito fiscal a uma taxa real de 0,3% ao mês instalam o tubo de oxigênio na traquéia de governadores tecnicamente inadimplentes e politicamente reticentes. Na impossibilidade de cumprir as promessas de palanque e na incapacidade de enxugar desperdícios e cortar gastos, alguns governadores deram de fustigar a administração da economia, intrometendo-se abertamente na maquinaria da reforma ministerial.

O programa de saneamento das finanças estaduais, anunciado quarta-feira, é um cala-te boca sob medida. Aliviados no caixa, os governos estaduais passam a conspirar menos e a governar mais. Ou a gastar mais.

Sempre que consegue algum alívio financeiro, a chamada coisa pública desiste da penosa arte de cortar despesas e retoma, alegremente, o esporte favorito da contratação de projetos e a execução de obras. Agora, em nome do diga não à recessão.

Vai funcionar?

O que vai ficar para conferir nos próximos trinta dias é a eficácia do tabelamento do spread bancário (margem de ganho bruto do banco na intermediação da poupança alheia).

O esquema anunciado é de execução complicada do ponto de vista técnico e de cumprimento duvidoso do ponto de vista político. Quem faz o «custo do

dinheiro» é o curso da política monetária, é a expectativa da inflação futura, é a pressão do poupador do recurso (com alternativa no dólar, na Bolsa, no imóvel ou no estoque de mercadorias), é a impotência do mutuário de crédito (sem alternativa no capital do sócio), é a doutrina do quem-não-deve-não-tem (que faz do crédito, a qualquer custo, a mercadoria mais disputada da economia brasileira).

Há uma lei de economia aplicada no modelo capinanceiro do Brasil: a demanda por crédito é inelástica em relação ao nível dos juros. Tradução: sempre haverá tomadores em fila dispostos ao pagamento de qualquer gênero e grau de «reciprocidade».

Afinal, o banco comercial só conhece dois tipos de gerente: o gerente que dá lucro e o ex-gerente.

A chuva na horta

Sentados na maior colheita de todos os tempos, os agricultores da Região Centro-Sul estão festejando a solução oficial para o impasse da dívida antiga e o primeiro desaperto para o gargalo do crédito novo. Também aplaudem a promessa de aceleração das compras oficiais da produção sem cotação ou sem mercado pelos preços oficiais de garantia.

Na lógica do campo, a redução dos custos financeiros da produção vai abrir espaço para a recepção dos custos operacionais da colheita e do escoamento da safra. Há falta de transporte, com remarcação de 250% nos fretes rodoviários. Há falta de armazenagem, com aumento de 230% nas tarifas da rede privada de silos, depósitos e barracões. E há falta de mão-de-obra para a colheita de grãos, agora que o corte da cana é antecipado de 45 dias, por exigência do álcool.

A renegociação da dívida de plantio e cultivo, a redução dos encargos do new money e a ofensiva das compras oficiais, lastreadas pela Casa da Moeda, fazem chover dinheiro vivo na horta do mercado interno de bens e serviços em geral. Perto de 4,2 milhões de mutuários agrícolas são aliviados, até junho, de uma «enxugada» bancária da ordem de Cr\$ 36 bilhões.

Nas praças do interior, o dinheiro vai voltar a circular. Desde ontem, no bate-pronto, concessionárias de automóveis e de utilitários leves voltaram a anotar em carteira os pedidos da vasta clientela de chapéu-de-palha. E gerentes de banco voltaram a receber convites para churrascos de fim de semana.